

# DESAFIOS SOCIAIS E ABORDAGENS SÓCIO-CLÍNICAS

## Por V. de Gaulejac

Norma Takeuti (org.) – UFRN

### RESUMO

A partir das conferências e das diversas obras do autor Vincent de Gaulejac, atual Presidente do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica da Associação Internacional de Sociologia (AIS), descreve-se as principais características da abordagem sócio-clínica a qual busca compreender a relação entre o *ser do homem* e o *ser da sociedade*, enquanto duas esferas indissociáveis. Resgata-se as questões da subjetividade, do sujeito, do irracional, das emoções e dos sentimentos, como elementos do conhecimento sociológico. Pretendendo a uma *Sociologia do Sujeito*, este é abordado num registro de múltiplas determinações – econômica, social, cultural e psíquica – ao mesmo tempo que é enfocado como um produtor de sentido na tentativa de construção de sua existência.

### RESUMÉ

A partir des conférences et des diverses oeuvres de l'auteur Vincent de Gaulejac, l'actuel Président du Comité de Recherche de l'Association Internationale de Sociologie (AIS), le présent texte décrit les principales caractéristiques de la Sociologie Clinique laquelle cherche à comprendre le rapport entre l'être de l'homme et l'être de la société, en tant que deux sphères indissociables. Il reprend les questions de la subjectivité, du sujet, de l'irrationnel, des émotions et des sentiments comme des éléments de la connaissance sociologique. En prétendant à une *Sociologie du Sujet*, celui-ci est considéré dans un registre de multiples déterminations - économique, social, culturel et psychique – en même temps qu'il est envisagé comme

un producteur de sens dans la tentative de construction de son existence.

### INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma série de conferências que o Prof. Vincent de Gaulejac<sup>1</sup> proferiu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na ocasião de sua visita ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais, em abril/1998. Para auxiliar a organização do texto, recorreremos a algumas de suas obras, em particular: “Sociologies Cliniques” (1993), “La névrose de classe” (1987), “Le coût de l'excellence” (1991) e “La lutte des places” (1994). O título e os subtítulos foram, por nós, formulados em função das temáticas que privilegiamos, nesse vasto material, para esta publicação.

### 1 - Conhecimento e Subjetividade

Desde o início das Ciências Humanas e Sociais, o paradigma da objetividade tem predominado fortemente. Quando Bourdieu (1968, p.64) considerava, em reação às tentações do empirismo, que, “talvez, a maldição das ciências do homem seja a de se ocupar com um objeto que fala”, ele queria indicar que não basta “se colocar à escuta dos sujeitos... para dar conta de suas condutas e das razões que eles propõem”. Encontra-se nessas frases do autor a idéia de reconstituir a Sociologia como um ciência séria e objetiva. Mas a que preço? Ao preço da negação

<sup>1</sup> Professor de Sociologia na Université Paris 7-Denis-Diderot, Diretor do Laboratório de Changement Social e o atual Presidente do Comitê de Pesquisa - Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia.

do sujeito! A negação do sujeito que fala e que pode produzir o conhecimento sobre aquilo que vive! Mas, o próprio Bourdieu mudou de idéia sobre essa questão: em 1993<sup>2</sup>, publicou “A miséria do mundo”, uma obra com cerca de 950 páginas, contendo, em grande parte, narrativas de vidas das pessoas, as suas idéias, os seus sofrimentos e a maneira como elas os vivem no universo social.

Não podemos fazer tábula rasa da

*questão do sujeito (da sua história pessoal, da sua experiência vivida, da sua criação contínua de si...) ou, mais exatamente, da questão da subjetividade, do seu lugar no campo social, de suas relações complexas com o funcionamento social (Revault-D'Allone, 1989).*

Levar em conta a subjetividade é aceitar se interrogar sobre a dimensão existencial, como um elemento incontornável para se compreender as condutas, os comportamentos, as atitudes e as relações sociais.

Muitos sociólogos desconfiam do “vivido”, por receio do empirismo, do subjetivismo e do psicologismo, e consideram-no um resíduo ou um obstáculo ao conhecimento. Há, efetivamente, um risco de redução do mundo social às representações dos atores e um risco de minimizar a regra fundadora da sociologia que consiste em “tratar os fatos sociais como coisas” (Durkheim, 1960). Esta necessidade de não reduzir o sentido do ato à consciência do ator está no fundamento da postura sociológica. No entanto, a explicação sociológica jamais pode fazer abstração de uma retomada da experiência vivida pela consciência. Com este propósito, Lévi-Strauss (1958) sustenta que a prova do social não pode ser exclusivamente mental, pois toda interpretação deve procurar convergir a objetividade da análise histórica ou comparativa para com a subjetividade da experiência vivida.

Definitivamente, trata-se de integrar no “objeto” a subjetividade, como um elemento de conhecimento e como um elemento a conhecer. Esta integração não se faz sem riscos: o vivido é, ao mesmo tempo, portador de sentido e de ilusão, de

saber e de dissimulação, de verdades e de deformações, de persuasão e de neutralização, de distância e de implicação. Sua expressão é apenas parcialmente direta. Como num romance, ele opera uma reconstrução da realidade plena e rica de contradições e de ambigüidades (Revault-D'Allone, 1989).

H. Lefebvre (1975) chama a atenção para duas armadilhas nas quais corremos o risco de adentrarmos o tempo todo nas Ciências Sociais”: a do “vivido sem conceito” e do “conceito sem vida”:

- o primeiro consiste em imergir no vivido, na experiência pessoal como se esta fosse portadora de sentido e como se o sujeito pudesse produzir uma verdade sobre si mesmo pelo simples fato de produzir uma narrativa. Uma conduta e uma atitude não possuem autonomia em relação às condições sociais que as produzem, tampouco em relação ao sistema de relações no qual elas se expressam. Pensar que o saber sobre o homem possa surgir do interior, do seu vivido, é cair na ilusão empirista que assimila o real à percepção subjetiva daquele. Ou ainda, uma “ilusão biográfica” (cf. Bourdieu, 1986), segundo a qual uma vida individual constituiria uma totalidade coerente, possuindo uma lógica interna e um sentido. Interrogar o “vivido” é analisar sentimentos, emoções, representações que um indivíduo produz sobre a sua existência e a sociedade, isto é, a relação imaginária que ele entretém com suas condições concretas de existência. A análise dessas condições é indispensável para compreendermos as condutas humanas, assim como a teoria o é para fundamentar esta análise;

- a segunda armadilha consiste em imergir na teoria, no “puro” saber ou nas construções intelectuais que tendem a eliminar a subjetividade, considerando a vida como puro produto de determinismos e ignorando o fato de que os indivíduos não são objetos inertes mas, ao contrário, sujeitos ativos que podem intervir na construção de sua existência, de sua trajetória de vida, de sua identidade social e, até mesmo, mudar o curso de sua história. Ignorar este fato maior é cair na ilusão objetivista que reduz a realidade aos estudos das determinações estatísticas e das re-

<sup>2</sup> 25 anos depois da publicação da obra acima.

gularidades objetivas às quais as condutas humanas obedecem. Se é conveniente considerar os fenômenos sociais como “coisas”, é então conveniente precisar que se tratam de “coisas” que não obedecem às leis da física. Trata-se de sujeitos sócio-históricos que obedecem às leis particulares que eles contribuem para produzir e sobre as quais eles intervêm, permanentemente, não somente através das relações de força, das regras, das normas, mas igualmente através das crenças e paixões. Marx (1962, p.142) já dizia que

*o homem, enquanto ser objetivo e sensível, é um ser que sofre, e como é um ser que vive o sofrimento, é um ser de paixão. A paixão é a força essencial do homem, que o leva energicamente em direção ao seu objeto.*

Se citamos esta frase de Marx, não é para buscar um aliado de peso a fim de confirmar nossos propósitos, mas porque ele significa claramente o quanto o sofrimento e a paixão são, em toda a sua subjetividade, elementos motores da história do homem.

É, portanto, na sua dimensão sócio-histórica que o sujeito se constrói: o homem é produto de uma história na qual ele procura se tornar o sujeito (Gaulejac, Bonetti, 1988). O homem é história. Esta fórmula recobre vários sentidos:

- o indivíduo é produzido pela história: sua identidade é construída, por um lado, a partir dos eventos pessoais por ele vividos e que formam a trama de sua biografia, de sua história singular e única, e, por outro, a partir dos elementos comuns à sua família, ao seu meio social, à sua classe de pertença que o posiciona como um ser sócio-histórico;

- o indivíduo é um ator da história: se ele é um produto da história, ele é também produtor. Ele é portador de historicidade, isto é, da capacidade de intervir sobre aquilo que o produziu, de agir sobre as determinações, não para as suprimir, mas para modificar os seus efeitos. É esta capacidade de ação que o posiciona como sujeito num movimento dialético entre o que ele é e o que ele procura se tornar.

- o indivíduo é produtor da história: através da sua atividade fantasmática, sua memória, suas palavras, seus escritos, os homens operam uma reconstrução do passado, como se eles quisessem dominar o sentido, justamente porque eles não conseguem controlar o curso da história.

## 2 - Sociologia Clínica

Entre a ilusão determinista que vê o homem como um objeto passivo ou uma espécie de produto interiorizado da sociedade ou, ainda, uma *encarnação replicativa* (M. Legrand, 1989) de um *habitus* de classe e uma ilusão liberal que o considera como um “elétron” livre, independente de todo o laço que age por suas próprias escolhas, a sociologia clínica procura apreender a história dos homens como momentos de ruptura, de continuidade e/ou de escolha que se elaboram nos espaços incertos e que não são produto do livre arbítrio, nem consequência lógica de determinações estruturais, mas que são respostas que os indivíduos e os grupos dão face às situações contraditórias.

*Paradoxalmente, o espaço de liberdade de manobra não nasce de uma relativa fraqueza das determinações estruturais, mas sim de sua acumulação contraditória num ponto, num dado lugar. É porque as relações estruturais não determinam tudo para um mesmo sentido que, em seu ponto de encontro, emerge algo que é da ordem da liberdade e que a praxis concreta é mais que a soma de suas determinações estruturais (Bertaux, 1979).*

Encontramos acima uma formulação do objeto da sociologia clínica que é a articulação entre as análises:

- das relações estruturais e das contradições que elas produzem;

- das práticas concretas dos atores sociais e das respostas pessoais que cada indivíduo procura dar para tentar “se constituir a si mesmo” (Sartre, 1975) para se posicionar como sujeito de sua história.

O homem não é somente o produto de sua história, ele é igualmente portador de uma história cuja significação ele procura construir:

“há, portanto, um sentido da história que é o sentido que os homens, ao viver, dão à sua história” (Sartre, 1975). É este movimento de historicidade que explica porque, a partir das condições concretas de existência similares, verificam-se tomadas de consciência variáveis. Conseqüentemente, podemos dizer que o sentido da história é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo, isto é, necessário e contingente.

A sociologia clínica tem por tarefa compreender esta dialética entre a historicidade, entre o indivíduo que é história e o indivíduo que faz história (Gaulejac, 1987). Ela é uma certa concepção de sociologia que se baseia num certo número de princípios:

- o primeiro princípio, como já vimos, é que não podemos distinguir objetividade e subjetividade. Para ela, a subjetividade faz parte do real. A seguinte citação de Levi-Strauss ilustra bem esse princípio:

*para compreender convenientemente um fato social, é preciso apreendê-lo totalmente, isto é, de fora, como um coisa, mas como uma coisa da qual, entretanto, é parte integrante a apreensão subjetiva, (consciente e inconsciente)... (1974, p.17);*

- o segundo princípio diz respeito à relação sujeito-objeto na qual se encontra o núcleo de todo o conhecimento. O pensamento do sujeito, enquanto fundamento de sua existência, está ligado à existência do outro. É na existência primária do outro que o sujeito pode tomar consciência de sua própria existência. A criança como sujeito de desejo é indissociável da criança-objeto do desejo do outro. A problemática do desejo se articula portanto sobre a dialética da relação sujeito-objeto (Gaulejac, 1983, p. 549).

- o terceiro princípio é baseado na idéia da não racionalidade do comportamento do homem. Muitos sociólogos acreditaram na concepção do *homo economicus*, ao mesmo tempo em que a sociologia se referia ao *homo sociologicus*, justamente animados pela idéia de que os atores sociais poderiam ter um comportamento racional do qual a sociologia poderia dar con-

ta. Ora, a vida social não tem nada de racional. Há o problema da violência, o problema do sagrado, assim como existem reações passionais e condutas afetivas. A sociedade está continuamente atravessada por pulsões, por emoções, por pensamentos mágicos, os quais aliás são tidos como da ordem do irracional. Não poderemos jamais compreender uma sociedade, se não integrarmos essas ordens de conhecimentos, isto é, os fenômenos passionais que são o fundamento do vivido, do ator social, quer seja individual ou coletivo. Trata-se, então, de integrar as pulsões de vida e as pulsões de morte, o *Eros* e o *Tânatos*. Nesse sentido, a sociologia clínica, ao se interessar pela dimensão inconsciente das relações sociais, termina colocando em questão as fronteiras entre fenômenos sociais, psicológicos e inconscientes;

- o quarto princípio é relativo à complexidade e ao pluralismo causal (Morin, 1974), ou seja, à idéia, já evocada, da multideterminação. O homem é *biopsicossocial*, assim como a sociedade é composta de elementos diversos que nos obrigam a compreender a relação entre os fatores econômicos, políticos, culturais, ideológicos etc. E entre os fatores psíquicos e sociais existe uma relação de causalidade recursiva. Há causalidade recursiva, segundo E. Morin, quando o produto torna-se o produtor daquilo que ele produziu. Por exemplo, a sociedade produz indivíduos que, por sua vez, produzem a sociedade. A sociologia clínica tenta compreender esse processo de produção recíproca daquilo que se passa em campos e registros diferentes;

- por último, não podemos dissociar aquilo que é da ordem da produção do conhecimento, portanto, da pesquisa, e do que é da ordem da intervenção. Não existe uma neutralidade na questão da produção do conhecimento; todo conhecimento é uma forma de ação, assim, todo conhecimento implica uma certa reação àquilo que esse conhecimento concerne, portanto, com os atores sociais. Todo pensamento se inscreve numa perspectiva de mudança e toda produção de conhecimento é determinada por uma

intencionalidade. O pesquisador está sempre intrincado nos seus objetos de pesquisa, de forma que não pode haver neutralidade do pesquisador. A busca da objetividade não é a de manter a ilusão da neutralidade, mas trata-se de entender a implicação e como esta intervém no processo de produção do conhecimento. Nesse sentido, a sociologia clínica é uma sociologia engajada que se questiona sobre a maneira em que o pesquisador é ele próprio atravessado pelas relações de poder, pelas lutas sociais. A análise dos conflitos passa, portanto, por uma reflexão sobre a sua própria implicação a um nível afetivo, emocional, ideológico, social, cultural... É uma sociologia articulada sobre práticas complexas de intervenção em diferentes níveis (indivíduo, grupos, instituições, comunidades, ...). É uma sociologia que trata de objetos pluridisciplinares na articulação do psíquico e do social.

Sabemos o quanto as ciências humanas e sociais tendem a modelar seus objetos e seus métodos de pesquisa tendo por referência as ciências físicas, dominadas pela “lógica conjuntista-identitária” (Castoriadis, 1978) e pela abordagem experimental.

Parafraseando Ekeland (1984), podemos dizer que a abordagem quantitativa é “realista” para sistemas isolados, estáveis, relativamente simples e estáticos e deterministas. Tal abordagem é irrealista para sistemas sociais e humanos que não são isolados, mas sim:

- continuamente em interação com outros sistemas;

- particularmente instáveis pois em transformação permanente;

- complexos porque são produtos de uma multiplicidade de fatores que obedecem, cada um, a leis diferentes;

- dinâmicos porque a história dos homens é uma criação permanente que, se ela se apoia no passado, jamais a reproduz do mesmo modo: os

atores sociais inventam novos comportamentos transformando o sistema de relação que os agrupa;

- aleatórios: rupturas, revoluções, movimentos e catástrofes vêm constantemente perturbar o curso da história pessoal e social, tornando-a imprevisível, portanto, se os determinismos existem, a história permanece aleatória.

Se podemos colocar em evidência as “regularidades objetivas”, a partir de uma observação estatística dos comportamentos e condutas, não podemos, contudo, “reduzir o possível ao provável” (Bourdieu, 1979).

O exame crítico das abordagens quantitativas não basta para definir o que poderia ou deveria ser uma *démarche* qualitativa. A denúncia da “quantofrenia<sup>3</sup>” não é nem nova, nem suficiente para fundar uma sociologia clínica. No entanto, esta rememoração crítica parece ser necessária diante do “complexo de inferioridade” ao qual estão submetidos um número considerável de sociólogos vis-à-vis das ciências “exatas” e para lembrar que a “tentação da medida”, como critério de cientificidade, só pode nos levar a impasses. Se, portanto, os fenômenos que procuramos apreender são da ordem de coisas mensuráveis, é conveniente neles apreender as “qualidades” a partir de uma *démarche* que esteja em relação com a especificidade do “objeto humano” e dos “objetos sociais”.

Podemos dizer que o objeto da Sociologia Clínica é compreender a relação entre o ser do homem e o ser da sociedade. Compreendê-los a partir da hipótese de que essas duas esferas são indissociáveis, buscando apreender como eles se influenciam, como eles se co-produzem, se ligam e, às vezes, como eles se opõem.

Na esteira de E. Morin, podemos dizer que essas relações são complexas, ao mesmo tempo, complementares, antagonistas e contraditórias. O ser do homem é o ser do desejo, da

<sup>3</sup> Obsessão pela medida

emoção, da paixão e também é o ser racional que produz o conhecimento e é, também, o ser que goza, que ama, que detesta e que sofre.

Todas essas questões, certamente, não são novas; elas atravessam a sociologia e as ciências humanas desde há muito tempo, e nós não somos os primeiros a abordá-la. Entretanto, na Sociologia elas foram abordadas de uma maneira muito periférica. Seja a questão da subjetividade, a questão do sujeito, a questão do irracional, das emoções, dos sentimentos e a questão da neutralidade do pesquisador. Questões que estiveram sendo presentes, mas sempre com a tendência de esvaziá-las.

A Sociologia Clínica vem colocá-las no centro e não mais na periferia. Por vezes, ela é mal vista por alguns sociólogos desconfiados do qualitativo, do vivido e que desconfiam da Psicologia e, particularmente, da Psicanálise e do seu conceito fundamental que é o inconsciente.

### 3 - Freud e a Sociologia

De uma certa maneira, Freud é um dos primeiros sociólogos clínicos<sup>4</sup>, porque suas obras sociológicas são muito importantes, mesmo sendo menos conhecidas que suas obras de cunho essencialmente psicanalítico. Há toda uma reflexão de Freud<sup>5</sup> sobre a sociedade, quer seja em “O Mal-estar na civilização” (1930), “O futuro de uma ilusão” (1927), “Moisés e o monoteísmo” (1939) ou em “Totem e Tabu” (1913) e em “Psicologia de Grupo e a Análise do Ego” (1921), entre outros.

A ótica freudiana não concebe uma psicologia puramente individual. Freud questiona a oposição entre a psicologia individual e a psicologia coletiva:

*O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mais inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (Freud, 1969b, p.81).*

Com isto, Freud desenvolve que toda relação com o outro é, também, de imediato e simultaneamente, uma relação social:

*A psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizam em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido (ibid., p. 82).*

Houve um abandono, em grande parte, das conseqüências teóricas e práticas desta concepção que leva em consideração o social. Houve, em certa medida, uma espécie de “*dessociologização*” dos processos psicológicos. Ora, toda relação é uma relação intersubjetiva, mas é, também, uma relação social entre os indivíduos que se inscrevem socialmente. É essa inscrição social que vai determinar a natureza da relação que eles vão estabelecer. Quando Freud argumentava que a psicologia analítica encara o indivíduo, como membro de uma tribo, de um povo, de uma casta, de uma classe social ou de um instituição, ele estava se referindo à inscrição social do indivíduo e à necessidade de se levar em conta o tipo de relação social que os indivíduos vão manter entre eles. Ora, ao se escutar uma boa parte dos psicanalistas, hoje, temos a impressão que essa dimensão social encontra-se esvaziada e que se insiste em uma redução psicologizante da psicanálise.

<sup>4</sup> Neste texto restringir-nos-emos apenas aos aportes de Freud. Durante a conferência, o autor traça o histórico da Sociologia Clínica e indica pensadores diversos que a inspiram. Assim como, remetemos ao texto de E. Enriquez “L’approche clinique: genèse et développement en France et en Europe de l’Ouest”, 1993. (Nota do organizador)

<sup>5</sup> As datas que seguem as citações das obras referem-se às datas de edição original em alemão.

Por exemplo, no complexo de Édipo, por trás da rivalidade entre Laios e Édipo, em relação a Jocasta que coloca em jogo a lógica do desejo e a problemática do incesto, há, também, uma questão que não podemos esquecer que é a do poder. Laios não é *qualquer um*: ele é um rei. Há na maldição algo que não podemos esquecer: se ele se livra de Édipo, é porque na maldição ele sabe que Édipo vai lhe tirar o trono, o que mostra que há, também, uma significação política, no mito de Édipo.

O Ego de cada indivíduo não se constrói somente no jogo do desejo e do proibido, do triângulo pai, mãe e criança, mas se apoia, igualmente, a partir da classe social, da posição (lugar) social que cada um ocupa. É por isso que é preciso recolocar essa relação no contexto social. As primeiras relações infantis não se dão somente em termos do desejo e do interdito, são, igualmente, portadoras de relação ideológica, política, social e econômica. A herança que a criança tem, no momento que nasce, é uma herança que tem elementos afetivos, simbólicos, mas, também, elementos culturais e sociais. É o que Bourdieu (1979) coloca em evidência a partir da noção de *capital social*. Trata-se de elementos objetivos que são totalmente determinantes, na medida que são elementos que vão moldar a relação que essa criança vai ter com a cultura em que ele se insere.

Castel (1981, p.158), na sua crítica à abordagem psicanalítica, observa que esta tende a reduzir o peso do passado às primeiras relações infantis: “*estabelece-se um consenso para fazer da criança, em cada homem, a chave explicativa do seu destino pessoal e o princípio explicativo essencial de sua história*”. Quer dizer, de algum modo, a psicanálise obedece a uma lógica de aprofundamento daquilo que se passou na infância, como que se distanciando do trabalho que o sujeito pode fazer sobre ele próprio para encontrar a compreensão do conflito no qual ele se encontra.

Resumindo, se a psicanálise permite compreender o elo entre as intenções conscientes e as intenções inconscientes, ela só dá uma explicação parcial particularmente porque a dimensão social e histórica lhe escapa. É o que Reich (1934) mostrou muito bem quando ele se interrogava em que a psicanálise

permite compreender as pulsões sádicas do indivíduo. Por que um indivíduo se torna um açougueiro e o outro um cirurgião? Se, por um lado, a psicanálise permite compreender a pulsão sádica que pode se exprimir em termos da trajetória de vida, enquanto açougueiro ou cirurgião, por outro lado, a psicanálise não permite explicar porque um sublima o sadismo como açougueiro e o outro sublima enquanto cirurgião, detetive ou torturador. Vemos aí que toda pulsão é socializada, de uma certa maneira, e que os destinos pessoais são o resultado de uma combinação entre o trabalho psíquico e o trabalho social.

Trata-se, portanto, de (re)estabelecer o elo entre as abordagens sociológicas (que estabelecem as regularidades objetivas e as probabilidades que organizam as destinações humanas) e as abordagens psicológicas, de analisar as circularidades dialéticas que vão do desejo ao mundo dos objetos, do narcisismo ao status social, das representações às ideologias, etc.

Não se trata de opor uma explicação, de um lado, sociológica e, de outro, uma explicação psicanalítica, mas de compreender como elas se combinam, como elas se articulam umas com as outras. Por exemplo, como esse desejo inconsciente é canalizado por “*habitus*”, tal como é definido por Bourdieu (1972, p.175)<sup>6</sup>: há uma internalização do modo de ser, do modo de fazer, que são determinados pela educação, pelo contexto cultural e familiar ou pelo contexto cultural e social, que conduz os indivíduos a canalizar suas aspirações. O autor lembra que não podemos compreender as aspirações de alguém, sem compreender o que o inspira, isto é, aquilo que foi significado, como sendo desejado, como sendo digno de aspiração; o ideal é alimentado por aquilo que é significado como sendo ideal no contexto sócio-histórico no qual estamos.

Sabemos, entretanto, que às vezes a criança para se construir vai tentar se desengajar do projeto parental, do projeto social de sua família, para

<sup>6</sup> “*Sistema de disposições duráveis e transponíveis que, ao integrar todas as experiências passadas, funciona, a cada momento, como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e que torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas*”.

tentar se tornar outra coisa diferente daquilo que foi projetado por seus pais, como aspiração para ela. Essa dinâmica, é necessário compreendê-la: entre o peso de determinações sociais e a dinâmica do desejo consciente ou inconsciente, como o sujeito se produz?

Aqui, podemos nos aproximar do projeto da fenomenologia, especificamente, do existencialismo de Sartre (1975), quando ele defendia que “o importante não é aquilo que se fez do homem, mas o que o homem faz daquilo que fizeram dele”, para pensarmos numa perspectiva, que tenta apreender a personalidade total<sup>7</sup> e, mais particularmente, que tenta compreender como os fatores sociais e os fatores afetivos e sexuais se combinam, se apoiam uns sobre os outros, se articulam e como se dá a reciprocidade de influência, entre aquilo que vem da sociedade e o que vem do inconsciente no desenvolvimento do destino pessoal, ou seja, para pensarmos o peso respectivo dos fatores sociais e dos fatores psíquicos no destino individual<sup>8</sup>.

#### 4 - A Construção do Sujeito

Mas de quê **sujeito** se trata quando nos referimos a ele hoje?

Será que estamos falando do sujeito do conhecimento, do sujeito do “*cogito ergo sum*” (*penso logo existo*)? Em Descartes predomina o registro da razão, ou seja, aquele em que prima a capacidade de pensamento em que o sujeito se constrói e se impõe. Trata-se aqui do ser do conhecimento: o homem capaz de produzir conhecimento sobre si mesmo e sobre aquilo que ele vive.

Contudo, há um outro registro que se omite aí: o do sujeito do desejo. É o registro que Freud

defendeu: “*Lá onde está o Id é preciso que eu advenha*” (*que eu me venha a ser*)<sup>9</sup>. O projeto da psicanálise é o de estudar o sujeito do desejo confrontado ao desejo do *Outro*. Confrontado ao interdito, à culpabilidade e à angústia. É a idéia do sujeito dominado pelo inconsciente, por *Eros* e *Tânatos*, pela pulsão de vida e pela pulsão de morte, e que deve fazer um trabalho sobre si mesmo para poder compreender em que ele é dominado por essas pulsões.

Um terceiro registro do sujeito é o do sócio-histórico: o ser social confrontado à história, às determinações e às condições concretas de existência nas quais ele vive. É o que Bourdieu trabalha a partir da noção de incorporação de *habitus*: o homem determinado pelas suas condições de existência que influenciam a sua maneira de pensar, a sua maneira de ser e a sua maneira de fazer.

E, finalmente, o sujeito face às suas emoções. O sujeito do afeto, do sentimento e da emoção. A frase seria: “*eu sofro, portanto eu existo*”; “*é porque eu sinto as coisas, que tenho o sentimento de existir*”.

Assim, em primeiro, a razão é o fundador do sujeito (Descartes); em seguida, o desejo inconsciente (Freud); terceiro, a história e a sociedade (Bourdieu); finalmente, os afetos e emoções (Reich)<sup>10</sup>.

Essa apresentação, nessas quatro dimensões, permite-nos compreender em quê o sujeito é submetido a lógicas diferentes: cognitiva, do inconsciente, social-histórica e emocional. São lógicas que remetem a registros teóricos diversos e estranhos, uns aos outros. Cada um desses registros tem a sua própria lei de funcionamento, cada

<sup>7</sup> Segundo o projeto de Marcel Mauss.

<sup>8</sup> Neste ponto da conferência, o autor apresenta um caso clínico que permite ilustrar a maneira de se abordar essa questão. Trata-se da análise da história de vida da romancista Annie Ernaux: *Les armoires vides*, 1974 e *La place*, 1983. Nestas obras, ela narra sua “*trajetória familiar e as dificuldades psicológicas encontradas no seu processo de deslocamento entre sua posição social herdada e sua posição adquirida*”. (Nota do organizador)

<sup>9</sup> “*Wo es war, soll ich werden*”. Na tradução da Edição Standard Brasileira (ESB): 1970-1977, encontramos: “*Onde estava o Id, ali estará o Ego*”, in *O Id e o Ego* (1923). Entretanto, deixamos, a frase acima tal como o autor se referiu, conforme a tradução francesa. Há uma polêmica (quanto às traduções) sobre esta famosa frase de Freud, para tanto, remetemos à obra de Garcia-Roza (1991), *Freud e o Inconsciente*, p. 209, para o conhecimento das considerações em torno desta questão (Nota do Organizador).

<sup>10</sup> Não foram esses autores os únicos a desenvolverem essas dimensões. Trata-se de uma ilustração de alguns autores que colocam o sujeito nessas dimensões citadas.

um deles é irredutível aos outros e, ao mesmo tempo em que se encontram articulados, religados entre eles, num jogo de reciprocidade.

Tal é a imagem do sujeito multideterminado que coloca a necessidade de problematização múltipla, pois se trata de um sujeito submetido a uma multiplicidade de fatores, de elementos e de registros que obedecem a leis diferentes. É dizer, também, que o homem não é um ser coerente, que não existe unicidade do sujeito, que ele se acha confrontado a determinações múltiplas, heterogêneas e contraditórias. Ele é, portanto, polissêmico na medida em que ele representa vários sentidos possíveis<sup>11</sup>. Consequentemente, podemos produzir uma multiplicidade de sentidos do que seja o homem. Algo no sentido em que M. Sèrres argumenta, ao se referir a “arlequim”, o qual é produzido por uma multiplicidade de caracteres que lhe confere o caráter de único, ou seja, somos todos produzidos por uma multiplicidade de fatores, portanto, desse ponto de vista, somos todos iguais.

No entanto, é a partir da combinação que cada um de nós opera com cada um desses fatores, que nos dá a nossa singularidade, que faz com que cada sujeito seja único<sup>12</sup>. Ou seja, ao mesmo tempo, em meio às determinações, o ser do homem é produtor de sentido, isto é, ele tem idéias, ele produz a significação, ele se interroga sobre si mesmo, sobre o mundo e tenta encontrar respostas às questões: “*de onde eu venho?; para onde eu vou?*”, ou seja, questões sobre a sua história, o seu futuro, o sentido de sua vida e sobre o funcionamento do mundo e em que isto lhe afeta. Ele busca produzir o sentido: tenta se situar na historicidade, construir orientações de vida, para se localizar na sociedade e para intervir na sua produção. Produzir o sentido é tentar responder às questões existenciais<sup>13</sup> e ir no sentido da autono-

mia que é justamente essa capacidade de reflexividade, essa capacidade de decisão, aquilo que faz com que o indivíduo não seja obrigado a ser aquilo que fizeram dele<sup>14</sup>.

## 5 - O “retorno do recalcado”: o Sujeito

Hoje, vemos sociólogos que, outrora, centravam suas análises, por exemplo, sobre as estruturas (P. Bourdieu) ou sobre os movimentos sociais (A. Touraine), interessando-se cada vez mais pelas questões do sujeito. A volta para o Eu de cada um, a identidade e o reconhecimento sociais são questões que se tornam, atualmente, centrais na Sociologia<sup>15</sup>. Tais deslocamentos podem ser vistos como o sintoma de uma crise profunda desta disciplina, ao mesmo tempo que se constitui na expressão da crise profunda da modernidade, crise que poderíamos caracterizar como uma tensão entre, de um lado, o desenvolvimento, cada vez maior, da abstração, da racionalidade instrumental, da objetivação, da normalização, da organização... e, de outro, a (re)emergência da individualização, da idealidade, da busca de sentido, da subjetivação...

<sup>11</sup> A polissemia é um caráter do signo que contém vários conteúdos e vários valores.

<sup>12</sup> Não estamos, aqui, distantes da teoria das identificações de que fala a psicanálise.

<sup>13</sup> O sujeito para Sartre se constrói naquilo que é do registro do existencial.

<sup>14</sup> O conferencista ilustra essa problemática teórica com a história de Danièle, a partir de um trabalho realizado, no quadro da pesquisa e intervenção, em grupos de implicação e de pesquisa que ele dirige, há 20 anos, sobre os temas “Romance familiar e trajetória social”, “Romance amoroso e trajetória social”, “Romance familiar e trajetória econômica”, ou ainda, “Romance familiar e trajetória ideológica”. Nesses grupos de implicação e de pesquisa, as pessoas trabalham sobre sua própria história, nas suas diferentes dimensões, em particular na tentativa de articular a dimensão social, familiar e pessoal. Os próprios participantes produzem hipóteses de suas histórias para tentarem compreender o que foi determinante, aquilo que está em jogo ao nível familiar, econômico, ideológico, social e pessoal. É nesse espaço particular, na interseção de diferentes modelos que se dá o modelo de desenvolvimento pessoal e “trabalho sobre si”, o modelo da formação e o modelo da pesquisa clínica. É importante aqui registrar a seguinte observação do autor: “*o trabalho sobre como nós fomos socialmente determinados não muda a existência das determinações sociais, mas muda a maneira como essas determinações agem sobre nós*”. (Nota do Organizador)

<sup>15</sup> Pelo menos na sociologia europeia

Efetivamente, a questão do sujeito retorna, com toda a força, mas podemos perguntar até que ponto não se trata de uma nova ideologia que “interpela” o Ego de cada indivíduo numa exigência de excelência: ideologia da realização de si mesmo, na qual cada um é convidado a se tornar o empreendedor de sua própria vida; ideologia capitalista, na qual o Eu de cada indivíduo seria um capital a ser frutificado; ideologia liberal, que obriga cada um a encontrar ou a criar seu lugar na sociedade. Não mais ao ator coletivo, mas ao ator individual, enquanto sujeito, cabe a responsabilidade da produção da sociedade, de sua mudança.

Sennett (1979), numa obra que tem o belo título “As tiranias da intimidade”, ilustra isso quando ele escreve: “*com o desenvolvimento do individualismo, o Eu de cada indivíduo tornou-se seu principal fardo*”. Acrescentamos que com o desenvolvimento do capitalismo liberal e do culto da *performance*, o Eu de cada indivíduo se tornou um capital a ser frutificado. “*Tornai-vos o empreendedor de vossa existência*”, proclama a ideologia “new age” que prega a realização de si mesmo. Cada indivíduo é, hoje, interpelado como um “sujeito” que deve, desde a mais tenra idade, conseguir a autonomia e se formar para se tornar um “ganhador”, um “batalhador”, a fim de afrontar nas melhores condições possíveis o que denominamos de “a luta por lugares” (Gaulejac; Taboada-Leonetti, 1994). A luta por lugares não é simplesmente a competição pela “carreira” numa empresa, numa instituição ou num meio profissional. É, mais estruturalmente, o combate que cada indivíduo deve empreender na sociedade, e cada vez mais *contra* a sociedade, para ter uma existência social, para ser reconhecido socialmente.

Levantemos apenas uma das contradições quando nos remetemos à questão do su-

jeito: justamente porque o homem está submetido a determinações múltiplas, determinações biológicas, culturais, sociais, econômicas, históricas etc. e que essas determinações não levam sempre para o mesmo sentido, que o sujeito de alguma maneira é obrigado a fazer escolha, tentando construir uma unicidade, uma coerência, um conjunto face à diversidade que o constitui. Portanto, se hoje, nas Ciências Sociais, fala-se muito no *retorno do sujeito*, é provavelmente porque nossa sociedade está cada vez mais contraditória, porque os indivíduos possuem múltiplas pertencências. É o que alguns sociólogos chamam de *pós-modernidade*, um sentimento da sociedade que explode e remete, ao sujeito individual, a responsabilidade de produzir um lugar na sociedade, ou seja, a responsabilidade de “cavar” uma existência social.

## BIBLIOGRAFIA

- 1- BERTAUX, D. *Écrire la sociologie*. London: Information sur les Sciences Sociales Internationales, 1979.
- 2- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. *Le métier du sociologue*. Paris: Mouton Éditeur, 1968.
- 3- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz, 1972.
- 4- \_\_\_\_\_. *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.
- 5- \_\_\_\_\_. *L'illusion biographique*. Paris: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 62/62, 1986.

- 6- BOURDIEU, P (Dir.). *La misère du monde*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1993.
- 7- CASTEL, R. *La gestion des risques*. Paris: Éditions de Minuit, 1981. (Collection Le sens commun).
- 8- CASTORIADIS, C. *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil, 1978. (Col. Esprit.).
- 9- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1960.
- 10- EKELAND, I. *Le calcul, l'Imprévu*. Paris: Seuil, 1984.
- 11- ERNAUX, A. *La place*. Paris: Gallimard, 1983.
- 12- \_\_\_\_\_. *Les armoires vides*. Paris: Gallimard, 1974.
- 13- FREUD, S. *Totem e Tabu*. São Paulo: Imago, 1969. Edição Standard Brasileira, das Obras Completas de Sigmund Freud [E.S.B.], v. 13.
- 14- \_\_\_\_\_. *Psicologia do grupo e análise do Ego*. São Paulo: Imago, 1969. Edição Standard Brasileira, das Obras Completas de Sigmund Freud [E.S.B.], v. 18.
- 15- \_\_\_\_\_. *O futuro de uma ilusão*. São Paulo: Imago, 1969. Edição Standard Brasileira, das Obras Completas de Sigmund Freud [E.S.B.], v. 21.
- 16- \_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Imago, 1969. Edição Standard Brasileira, das Obras Completas de Sigmund Freud [E.S.B.], v. 21.
- 17- \_\_\_\_\_. *Moisés e o monoteísmo*. São Paulo: Imago, 1969. Edição Standard Brasileira, das Obras Completas de Sigmund Freud [E.S.B.], v. 23.
- 18- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- 19- GAULEJAC, V. De. Irréductible social, irréductible psychique. *Bulletin de Psychologie*, Paris, t. 36, n. 360, 1983.
- 20- \_\_\_\_\_. *La névrose de classe*. Paris: Hommes & Groupes Éditeurs, 1987.
- 21- \_\_\_\_\_. *Le coût de l'excellence*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- 22- \_\_\_\_\_. *Sociologies cliniques*. Paris: Hommes & Groupes Éditeurs, 1993. (Collection Reconnaissances).
- 23- GAULEJAC, V. De; BONETTI, M. *L'individu produit d'une histoire dont il cherche à devenir le sujet*. Paris: 1988. (Espaces, n. 37).
- 24- GAULEJAC, V. De; TABOADA-LÉONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Hommes & Groupes Éditeurs, 1994. (Collection Reconnaissances).
- 25- LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- 26- LEGRAND, M. *L'approche biographique, théorie, méthode, pratiques*. Louvain: Université de Louvain, 1989.
- 27- LÉVI-STRAUSS, C. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.
- 28- \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. Introdução à obra de Marcel Mauss.
- 29- MARX, K. *Manuscrit de 1848*. Paris: Éditions Sociales, 1962.

- 30- MORIN, E. *O paradigma perdido: a natureza humana*. Portugal: Publicações Europa-América, 1974. (Col. Biblioteca Universitária, n. 7).
- 31- REICH, W. *Matérialisme dialectique, matérialisme historique et psychanalyse*. Paris: Éditions Sociales, 1934.
- 32- REVAULT-D'ALLONE, C. et al. *La démarche clinique en sciences humaines*. Paris: Dunod, 1989.
- 33- SARTRE, J.-P. *L'être et le néant, essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: TEL Gallimard, 1975.
- 34- SENNETT, R. *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.